

Desenvolvimento Regional e Imprensa: Estado da Arte e Perspectivas Teóricas

Cheida Curadi, Fausto; Brandão, Leonardo

Desenvolvimento Regional e Imprensa: Estado da Arte e Perspectivas Teóricas

Desenvolvimento em Questão, vol. 17, núm. 46, 2019

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75258266020>

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.46.299-313>

Desenvolvimento Regional e Imprensa: Estado da Arte e Perspectivas Teóricas

REGIONAL DEVELOPMENT AND PRESS: THE STATE OF ART AND THEORETICAL PERSPECTIVES

Fausto Cheida Curadi

fcuradi@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.46.299-313>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75258266020>

Leonardo Brandão

Universidade Regional de Blumenau (Furb), Brasil

brandaoleonardo@uol.com.br

Recepção: 22 Agosto 2017

Aprovação: 15 Agosto 2018

RESUMO:

Qual a relação entre Desenvolvimento Regional, como uma área de saber, e os meios de comunicação, em especial a imprensa? Com base nesta questão, este trabalho tem por objetivo iniciar uma discussão que visa a relacionar a chamada “grande imprensa” com a área do Desenvolvimento Regional, averiguando uma possível influência dela no tocante aos rumos e escolhas de padrões de desenvolvimento. Para tanto, descrevemos num primeiro momento a gênese do pensamento regional e sua introdução no Brasil a partir dos Programas de Pós-Graduação. O intuito foi mapear os Programas de Pós-Graduação (PPGs) existentes no país e verificar se neles a imprensa foi objeto de pesquisas em âmbito de Mestrado ou Doutorado. Num segundo momento foram abordadas possibilidades metodológicas para o estudo com a imprensa escrita. Após o levantamento de 39 PPGs, encontrou-se o pequeno número de 13 registros entre dissertações e teses que relacionaram imprensa e Desenvolvimento Regional. Sendo assim, esse artigo argumenta que se faz necessário um incremento de estudos nessa área, uma vez que a mídia não pode ser desconsiderada na condição de agente implicado nos processos de desenvolvimento nacional e/ou regional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional, Território, Imprensa.

ABSTRACT:

What is the relationship between Regional Development, as an area of knowledge, and the media, especially the press? Based on this question, this work aims to initiate a discussion that aims to relate the so-called “big press” to the Regional Development area, investigating its possible influence on the direction and choices of development patterns. For that, we first describe the genesis of regional thinking and its introduction in Brazil from the Graduate Programs. The purpose was to map the existing Graduate Programs in the country and to verify if in them the press was the object of researches at master’s or doctoral level. In a second moment, methodological possibilities for the study with the written press were approached. After the survey in a scope of 39 PPGs, the small number of 13 records was found between dissertations and theses that related Press and Regional Development. Thus, this article points out that it is necessary to increase studies in this area, since the media can not be disregarded as an agent involved in national and / or regional development processes.

KEYWORDS: Regional Development, Territory, Press.

Os Programas de Desenvolvimento Regional possuem, de forma geral, duas variáveis-chave: desenvolvimento e território. Segundo o Dicionário de Desenvolvimento Regional coordenado pelo pesquisador Dieter Rugard Siedenberg, o conceito de desenvolvimento já foi compreendido apenas como crescimento econômico, mas atualmente encontra-se em fase de transição para uma nova compreensão, menos objetiva e quantificável, e também menos ligada à conquista ou aquisições materiais. Nesta nova compreensão, ainda em elaboração no meio acadêmico, o conceito de desenvolvimento estaria mais ligado ao plano coletivo do que individual, abarcando também uma dimensão subjetiva e até mesmo “espiritual”. Assim, de acordo com o verbete escrito por Sergio Boiser para o citado Dicionário, o conceito de desenvolvimento estaria vinculado à autoconfiança coletiva, e isso em termos de “capacidade para inventar recursos, movimentar aqueles já existentes e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território” (BOISIER, 2006, p. 69).



O outro conceito-chave, como já enunciado, é o de território. Este, por sua vez, deriva do conceito de espaço, na medida em que podemos recortá-lo em diversas camadas, alterando apenas sua unidade de análise e criando, dessa forma, diferentes territórios. Por exemplo, as nações são territórios delimitados por um desenho político. Quando utilizamos uma variável econômica, como uma cadeia produtiva, verificaremos que ela ultrapassará os contornos políticos antes definidos, formando um novo território, agora com um denominador econômico. Logicamente, a ação humana é a força delineadora da formação dos territórios. Recorrendo ao Dicionário de Desenvolvimento Regional, em verbete escrito por Valdir Dallabrida, verificamos que o conceito de território indica “uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial”; entretanto, como assevera o autor, essa fração seria sempre “apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos” (DALLABRIDA, 2006, p. 161).

Importante frisar que em desenvolvimento regional as formas de criar ou delimitar os territórios considera as inúmeras especificidades regionais ou locais de determinada área. Ademais, há uma relação bastante íntima entre desenvolvimento e território. A questão é: Como, de fato, verificamos como o desenvolvimento acontece? Ora, o desenvolvimento não ocorre por acaso. Ela é fruto, dentro de uma sociedade cada vez mais complexa, da ação política e social. A interação humana, nas suas diversas formas e escalas, em um determinado lapso temporal, promove mudanças. E a concretude da ação humana, os efeitos dessas diversas interações materializam-se na produção do território. Assim, no limite, a tangibilidade do desenvolvimento é corporificada nos diversos espaços ocupados, isto é, em diferentes tipos de territórios.

Haveria, porém, relação entre desenvolvimento, território e meios de comunicação? Qualificando a questão por outro viés: Haveria influência dos meios de comunicação nos modos de desenvolvimento possíveis e, por conseguinte, nos territórios? Em última análise, haveria, portanto, uma forma de ação da mídia que, para além dos discursos em si, traria efeitos concretos também nos territórios?

Cremos que essas são hipóteses a serem consideradas relevantes para um pesquisador em desenvolvimento regional. Uma vez considerando válidas as hipóteses elencadas anteriormente, cabe questionarmos: Como dar início à pesquisa sobre meios de comunicação/imprensa/mídia dentro de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional?

Diante disso, portanto, este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão inicial, no âmbito do desenvolvimento regional, que é justamente levar em conta o papel da grande mídia nos rumos do desenvolvimento. Para tanto, o presente estudo descreve num primeiro momento a gênese do pensamento regional e sua introdução no Brasil a partir dos Programas de Pós-Graduação. Ainda neste primeiro tópico mapearemos os Programas de Pós-Graduação existentes a fim de verificar se a mídia tem sido ou já foi alvo de pesquisas em nível de Mestrado ou Doutorado. Num segundo momento abordaremos possibilidades metodológicas para o estudo com a mídia, e em particular, com a mídia impressa.

A GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMO CIÊNCIA E OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Após a crise do capitalismo liberal em 1929 – e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – houve diversas transformações de caráter social e econômico no mundo ocidental. O contexto econômico, antes pautado por um liberalismo predominante, recebeu o keynesianismo e sua concomitante intervenção estatal como um bálsamo, revitalizando o capitalismo. A mensagem essencial de Keynes em sua *Magnus Opus*¹ era a de que o sistema capitalista é inherentemente inconstante. A Mão Invisível smithiana, que deveria fazer convergir os interesses individuais aos coletivos e os mecanismos automáticos de reequilíbrio dos mercados, falham ao entregar recuperação econômica e pleno emprego (KEYNES, 1983). O desafio da época, nesse contexto, era a reconstrução de uma sociedade mais equitativa e venturosa.



As novas práticas econômicas adotadas, capitaneadas por um Estado atuante e planejador, mostraram-se exitosas, engendrando os Trinta Gloriosos (FOURISTIÉ, 1979). Como não poderia ser diferente, a academia acompanhou essas alterações. Os economistas com expertise nos desdobramentos do crescimento e desenvolvimento econômico nos espaços geográficos ganharam notoriedade social na medida em que as práticas keynesianas mostravam-se fecundas e materializavam-se nos territórios. Walter Isard, em 1954, fundou uma agremiação de especialistas em organização econômica do espaço, no intuito de facilitar a circulação de ideias entre esses profissionais, no seio de uma associação denominada Regional Science Association. Esse é o marco fundamental da gênese da ciência regional (BENKO, 1998).

Inicialmente, a ciência regional desenvolve-se na encruzilhada de diversas disciplinas: Economia, Geografia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Isso deriva-se do fato de que sua unidade de análise é o território e, principalmente, a averiguação da intervenção humana nesses espaços. Como a interferência humana na natureza surge como consequência da produção e reprodução material da própria vida, essencialmente temos a Ciência Econômica como disciplina nuclear, sobretudo um ramo mais especializado dela, a Economia Espacial. A Geografia aparece em paralelo com a Economia no âmago dos estudos regionais, na medida em que a Geografia explica as paisagens, o relevo e a ação benéfica ou deletéria humana na preservação do ambiente e na superfície da Terra (CLAVAL, 1968). A Sociologia, embora evidencie mais as práticas e as relações sociais, também é insumo da ciência regional na medida em que a ocupação humana no espaço é fruto do conjunto de interações humanas. A Ciência Política garante uma base oficial e legal ao desenvolvimento regional, ordenando o território. Em síntese, a ciência regional problematiza todos os desafios sociais nas suas dimensões espaciais, aplicando inúmeras convenções de averiguação analítica e empírica (ISARD, 1975).

A ciência regional ergue-se, dessa forma, como uma resposta multidisciplinar para buscar a resolução dos problemas sociais espacializados, na medida em que o crescimento econômico divide o território em diferentes compartimentações produtivas e materiais. De fato, a partir do pós-guerra, a prosperidade econômica reaparece no globo, mas há a preocupação que ele seja distribuído para todas as regiões do mundo. Deve-se, portanto, direcionar os fluxos produtivos, regular as migrações demográficas, motivar o investimento em algumas áreas, promover a inversão produtiva nas periferias. Para a soluções desses desafios espaciais invoca-se a ciência regional.

A questão que colocamos, portanto, é: Sendo a ciência regional um produto das inter-relações das disciplinas supracitadas, até que ponto outras ciências, como a História, a Semiótica ou a Comunicação Social, por exemplo, não podem também somar-se a ela quando o objeto de pesquisa assim permitir ou solicitar? Em termos mais exatos: Se nos últimos anos os chamados “meios de comunicação”, tais como o jornal ou revistas de grande circulação, apresentam impactos no direcionamento da agenda política de um país ou região, eles também não deveriam figurar como um corpo documental de interesse do pesquisador que se preocupa com a ciência regional/desenvolvimento regional? Em outros termos: Ignorar o papel dos meios de comunicação nos processos de desenvolvimento não seria excluir um dado essencial na produção dos saberes que levam a esse ou aquele desenvolvimento? Se a resposta a tais indagações for positiva, então os meios de comunicação devem fazer parte da ciência regional e serem trabalhados no contexto dos programas de desenvolvimento regional.

No Brasil, como se sabe, a ciência regional recebeu impulso por meio dos cursos de Pós-Graduação stricto-sensu, principalmente a partir da década de 90 do século 20. Recorrendo à base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2014, os dados mostram que existiam no nosso país 39 cursos de Pós-Graduação stricto-sensu dentro da grande área que abrange a ciência regional (MIRANDA, 2015).

De fato é possível delinear um duplo movimento: por um lado, o interesse da academia brasileira – em posição periférica na estrutura de produção intelectual² – na ciência regional é desdobramento natural do seu desenvolvimento e disseminação em outros centros acadêmicos espalhados pelo mundo; por outro, o

ferramental analítico construído pela ciência regional e o caráter interdisciplinar da sua atuação levantaram grande interesse pela matéria nas universidades e centros de ensino mais afastados das regiões dominantes na produção intelectual acadêmica brasileira, ocorrendo uma interiorização territorial dos programas.

Apesar desse deslocamento, os programas mantêm-se fiéis à estrutura interdisciplinar original da ciência regional – com ênfase nos campos econômico e geográfico – apenas avançando para novas áreas, como comunicação e mídia, de forma esporádica e bastante tímida. De fato, averiguando a produção intelectual resultante desses programas, isto é, as dissertações e teses, de todos os 39 cursos de Pós-Graduação stricto-sensu desde o seu lançamento, dentro da grande área que abarca a ciência regional da Capes, localizamos apenas 13 que versavam sobre matéria de comunicação, imprensa e mídia e os desdobramentos com o desenvolvimento regional. A seguir, tais estudos podem ser conferidos no Quadro 1.

Universidade e Programa	Ano	Título	Autor
Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	2005	A Notícia da Estatística: A Divulgação das Estatísticas do IBGE na Visão dos Jornalistas	Silvia Maia Fonseca
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional	2008	Reforma do Estado no Brasil e o Processo de Terceirização dos Serviços Sociais: Um Estudo na Revista Nova Escola	Giane Maria Gibert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional	2008	Das propostas fantásticas do urbanismo até as cidades imaginárias desenhadas para a revista de história em quadrinhos Heavy Metal	Alexandre Rosa Bento
Universidade Regional de Blumenau - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2010	Comunicação e Desenvolvimento Regional: Análise das Campanhas da RBS no Jornal de Santa Catarina, No Período de 1992 a 2010, para o Vale do Itajaí (SC)	Luís Augusto Zillmer Cardoso
Universidade de Santa Cruz do Sul - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2011	O Relacionamento dos Jornais Impressos Hegemônicos das Regiões Central e do Vale do Rio Pardo/RS com Leitores e com o Território	Carina Horbe Weber
Universidade do Contestado - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional	2013	Capital Midiático: Uma Análise da Contribuição Social da Emissora de Rádio UnC FM - 100,5 na Região de Canoinhas	Luciano Muraro
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Programa de Mestrado em Gestão Urbana	2013	Mídia e política pública: notícias da Carta Capital e Veja sobre política social em 2010	Carla Bastos Dias
Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	2013	Mídia e os Órgãos Oficiais de Estatísticas	Luiz D'Albuquerque Bello
Fundação Universidade Federal do Tocantins - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2014	Jornalismo Econômico: O Posicionamento da Mídia de Economia no Brasil Sobre a Taxa Selic	Lara Francielly Santos Tavares
Universidade Regional de Blumenau - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2014	Comunicação e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Cobertura do Jornal de Santa Catarina sobre as Conferências Ambientais da ONU de 1972, 1992, 2002 e 2012	Michel Ivon Imme Sabbagh
Universidade Regional de Blumenau - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2014	Mídia, Desastres Socioambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso da Enchente de 2011 no Vale do Itajaí a Partir da Cobertura Realizada pelo Jornal de Santa Catarina no Twitter	Moisés Cardoso
Universidade Estadual da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2016	Campina Grande, Desenvolvimento e Televisão Regional: O Caso da TV Borborema	Rômulo Ferreira De Azevêdo Filho
Universidade de Santa Cruz do Sul - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	2017	Desenvolvimento e Jornalismo: A Estratégia Produtiva da Agência Pública na Perspectiva da Informação como Fator de Expansão das Liberdades	Vanessa Costa De Oliveira

QUADRO 1

Dissertações localizadas de 39 cursos de Pós-Graduação (Mestrado e/ou Doutorado) classificados na subárea Planejamento Urbano/Demografia pela Capes

Fonte: Dados da pesquisa.

Se formos levar em consideração uma população de aproximadamente 3 mil dissertações e teses analisadas, o número é praticamente insignificante. Essa produção intelectual irrigária demonstra como o assunto



comunicação, imprensa e mídia não é explorado junto ao desenvolvimento regional. Assim, devemos discutir quais são os desdobramentos desse entroncamento epistemológico e todas as suas possibilidades.

OS ESTUDOS SOBRE MÍDIA IMPRESSA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os meios de comunicação de massa, como o rádio, a TV, o cinema, as mídias digitais, os jornais e revistas são instrumentos propagadores de discursos. Assim, uma primeira esfera de pesquisa que o pesquisador em desenvolvimento regional precisa atinar para o trabalho com essa forma de documentação é o seu caráter discursivo, e sobretudo buscando compreendê-los em sua capacidade de influenciar a opinião pública, criar subjetividades e, por fim, modos de ação. Não há um único modelo que seja infalível para a Análise do Discurso, mas neste artigo faremos um breve panorama de suas quatro principais formas.

Além disso, é importante frisar que o trabalho com os meios de comunicação como fonte na pesquisa em desenvolvimento regional não deve prescindir da dimensão histórica. É por meio do olhar histórico – analisando essas fontes ao longo do tempo – que podemos avaliar melhor até que ponto elas poderiam ter defendido ou negado determinados tipos de desenvolvimento, muitos deles ligados tanto a partidos políticos quanto a modelos de pensamento. Assim, para efetuarmos tais pesquisas devemos avaliar, de forma qualitativa, os discursos difundidos em períodos determinados cronologicamente.

Durante muito tempo o estudo da História por intermédio da imprensa era caracterizado como prática espúria e metodologicamente aleijada. Alterações nos métodos e fontes de pesquisa tradicionalmente enraizadas sempre se mostraram céticas e resistentes a mudanças. O pesquisador, a fim de consolidar suas investigações, deveria buscar fontes assinaladas por imparcialidade, objetividade e credibilidade. Dessa forma, qualquer material envolto por pouco rigor técnico, muitas vezes inflamado por uma linguística apaixonada e sobretudo caracterizado por certa dose de interesse, não se apresentava harmonizado com um inquérito de alto nível.

Uma alteração bastante profunda nesta lógica deu-se com o advento da terceira geração da Escola de Annales, na França, propondo novos objetos, problemas e abordagens. Desde então, a amplitude dos pesquisadores cresceu exponencialmente, incluindo novas considerações e outros aspectos, tanto materiais quanto imateriais. Esse vendaval ficou conhecido como História Nova, um abalo epistemológico intenso na disciplina. Dessa forma, a pesquisa da História por meio da imprensa começou aos poucos a tornar-se uma prática cada vez mais comum. No Brasil, alguns nomes podem ser correlacionados a esse pioneirismo. Gilberto Freyre, por exemplo, analisou características diversas da sociedade brasileira do século 19 por meio dos anúncios de jornais. As dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), aglutinadas no livro intitulado *O bravo matutino* (1980), também foram um importante marco, posto que analisavam os editoriais (1927-1937) do Estado de S. Paulo e evidenciaram a atuação do jornal como porta-voz dos interesses de setores específicos (LUCA, 2005).

A imprensa escrita, contudo, não era veiculada apenas por jornais. As revistas também tornaram-se importantes fontes e material de pesquisa. Destacamos, nesse sentido, os dois livros que se originaram do projeto de pesquisa intitulado “Um país impresso entre culturas políticas e sociabilidades: revistas semanais, projetos sociais e memória histórica no Brasil 1964 – 1990”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e levado a cabo por pesquisadores ligados à Universidade do Estado de Santa Catarina. O primeiro livro, fruto dessa ampla pesquisa coletiva, foi organizado pela professora Silvia Fávero Arend e lançado em 2014, intitulado *Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil*. Já o segundo foi lançado em 2016, sob organização do professor Reinaldo Lindolfo Lohn, e teve por título *História nas bancas de revistas. Um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas* (LOHN, 2016).

Historicamente, o primeiro semanário brasileiro foi a Revista da Semana (Rio de Janeiro, 1900), que originou um verdadeiro surto e inúmeras publicações similares. O Cruzeiro (1928) trouxe renovação significativa, com imagens e textos inovadores, momentaneamente influenciada pela Time (USA, 1923). Diferentemente dos jornais, em que o espaço da publicação é ocupado quase só por textos, as revistas trazem elegantes imagens e possuem um apelo fotográfico infundido em seu DNA. Elas retratam as paisagens, os cenários da vida urbana, os diversos panoramas campestres nacionais e até internacionais. Toda essa visualidade é rica em informações para pesquisa. Ana Luiza Martins e Maria Celeste Mira são duas autoras com importantes trabalhos investigativos no campo das revistas.

A História Política também se aproveita do material da imprensa. Exempli gratia, podemos citar Bethânia Mariani (1998) e Rodrigo Motta (2002), que analisaram o comunismo e o anticomunismo no Brasil; Ângela de Castro Gomes (1996) revisitou a Era Vargas, analisando-a sob o prisma da produção do conhecimento historiográfico; Maria Aparecida de Aquino (2002) investigou a censura imposta pelo regime militar a semanários e jornais brasileiros; Carla Luciana Souza da Silva (2005), em sua tese de Doutoramento, analisou como um determinado periódico comportou-se como um partido político, na acepção gramsciana do termo. Enfim, a imprensa tornou-se uma fonte, virtualmente, inesgotável de informações e material para pesquisa, seja por seus editoriais, reportagens ou entrevistas, seja por suas imagens e ilustrações.

Isso, contudo, leva-nos a uma característica bastante importante das publicações rotineiras: sua fisicalidade. Por serem objetos produzidos pelo homem, os meios que carregam a palavra escrita e a imagem impressa derivam de condições técnicas de produção vigentes. Ora, é óbvio que as grandes máquinas dos jornais de maior circulação não eram as mesmas utilizadas por produções menores e específicas. Isso não nos remete apenas à questão tecnológica da produção. Há uma grande diferença entre folhas, gazetas, pasquins e jornais. Cada uma dessas publicações era a expressão social de um determinado constructo social. O aparecimento da ilustração diversificou o impresso periódico, dado que conseguiu atingir também uma amplitude maior de leitores. As publicações ilustradas de cunho satírico, em geral de curta duração, proliferaram rapidamente. Dessa forma, parece bastante lógico que as publicações sempre se atrelam a paradigmas socioculturais particulares e que, por isso, o teor em si não deve ser divorciado do espaço ocupado pelo periódico na história da imprensa (LUCA, 2005).

Por essa razão, o investigador que utiliza como insumo as notícias, precisa entender os motivos e circunstâncias que ensejaram a divulgação daquele acontecimento. Nos periódicos há sempre a figura da hierarquização, uma vez que a capa tem um peso muito mais significante de informação do que uma notícia em um canto pequeno nas suas páginas internas.

Isso nos leva a uma questão primordial: o transcurso das deliberações das divulgações das notícias. Uma publicação é uma agremiação de indivíduos, com ideias, anseios, sonhos e críticas diversas. O processo decisório de dar ou não publicidade a algo segue o alinhamento e o consenso do seu corpo editorial, isto é, deste conjunto de pessoas. Por isso, o pesquisador deve identificar este grupo responsável, elencar os colaboradores mais assíduos e, finalmente, descobrir suas relações com supostos poderes e interesses.

Tânia Regina de Luca sintetiza essa compreensão:

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extraír um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (2005, p. 141).

A palavra discurso insere-se etimologicamente com a noção de curso, percurso, movimento. É a palavra em ação. De acordo com Juliana de Freitas Dias, “o discurso não é uma realização individual do sistema linguístico; ele ultrapassa a concepção saussureana de ‘parole’, pois, sua existência social é o seu fundamento” (DIAS, 2011, p. 214).

Este tipo de abordagem, a Análise do Discurso, tem sua gênese na segunda metade do século 20, procurando avaliar a utilização da linguagem em discursos contextualizados de sujeitos que interagem, e as dinâmicas pelas

quais dão forma linguística e criam significado em suas relações sociais. De acordo com Silva e Vieira (2002), a Análise do Discurso diz respeito a uma gama diversa de teorias e práticas com objetivos e finalidades bastante diferentes entre si e alimentam uma infinidade de orientações de pesquisa e disciplinas. Há uma abundância de doutrinas de Análise de Discurso, sustentadas por inferências subjetivas e direções teóricas distintas.

Chizzotti (2010) alega que discurso não é algo que tenha um significado único e cita três exemplos: na linguagem comum simboliza a interlocução entre locutores; na linguística, é o modo pelo qual diferentes componentes estão ligados para estabelecer uma estrutura de significado mais ampla que a somatória das diversas partes e, finalmente, em pesquisa, é a apreciação do grupo de convicções, uma forma de pensar ou um núcleo de conhecimentos manifestados em uma comunicação textual ou verbal, que o investigador pode apontar quando analisa um texto ou fala.

Bakhtin (1992) argumenta que a própria materialidade linguística carrega em seu ventre a ideologia e, devido a essa dedução, a linguagem não pode ser divorciada de seu alicerce material: abrange agentes reais em contextos reais que se associam nos limites de uma cultura e de um paradigma sociopolítico e econômico específico. Desta forma, projetar o discurso como fração da ação social acarreta compreendê-lo como forma de ação sobre a composição do mundo, como conceito desse mundo e ainda como uma forma de nomear os agentes que nele interagem (DIAS, 2011).

Nesta mesma linha, Chizzoti afere uma tendência que pressupõe o discurso situado em um cenário histórico-social e estabelece que ele só pode ser entendido se relacionado com a dinâmica cultural, socioeconômica e política nas quais o discurso se sucede, envolvido pelas interações ideológicas e de poder (CHIZZOTTI, 2010).

Van Dijk (1983), em um artigo denominado Discourse Analysis: Its Development and Application to the Structure of News, demonstra claramente como a escolha da Análise do Discurso para nosso assunto é tão adequada:

Developments in the last decade within such areas as text linguistics and, more generally, within the growing interdisciplinary study of discourse, have potential applications for the systematic analysis of mass media messages. Discourse analysis can make more explicit the classical approaches to 'content analysis.' It can also stimulate a research paradigm within mass communication that sees textual analysis not only as a method of research – for example, in the study of media effects – but also as an autonomous endeavor toward the construction of a sound theory of media discourse (VAN DIJK, 1983, p. 20).

De forma geral, podemos apresentar quatro referenciais bastante utilizados nas pesquisas de Análise do Discurso. O primeiro é denominado estruturalismo, método científico construído pelo pesquisador suíço Ferdinand de Saussure. Sinteticamente, ele distinguiu a língua (conjunto de sinais institucionalmente instruído e externo ao indivíduo) da fala (utilização corpórea e pessoal dos componentes, suscetível a alterações). Para o estruturalismo científico, a língua é um composto fundamental de ligações contrárias ou equivalentes, entre os diferentes componentes que definem seu conceito, por exemplo, um jogo de xadrez que tem sua realidade de acordo com as ligações interdependentes das peças que lhe conferem significado e não do material, madeira ou marfim, de que é construído. Os estruturalistas almejam construir uma ciência direta que procure as ligações descritivas ou causais de uma estrutura linguística ou da estrutura social. Os sujeitos interlocutores, de acordo com essa escola, são desfrutadores ordinários desta específica codificação, que escolhem entre diferentes outros esquemas e alternativas possíveis para se comunicarem. É função do investigador apontar, ordenar e compor os diversos elementos nesta estrutura, cavando sua superfície e descobrindo os fundamentos subjacentes a qualquer texto e evento (CHIZZOTTI, 2010).

O segundo referencial são as noções e conceitos do filósofo Michel Foucault. Iniciando-se um estruturalista, com o passar o tempo desenvolveu sua própria metodologia. Em sua obra há uma relação bastante intensa entre poder e discurso. O conhecimento objetivo é definido, de acordo com Foucault, pelos interesses e influências ocultas e subjacentes dos indivíduos, incorporados nos discursos. Dessa forma, as diversas definições são produtos de um discurso e sua hegemonia revela a dominação de um discurso sobre outro. Assim, a sociedade, o exercício humano da convivência, as práticas sociais, são todas organizadas

por essa linguagem. O papel da Análise do Discurso, portanto, nesta perspectiva, é “um desenlear de relações de poder ocultas nos refinamentos epistemológicos, no discurso tido como objetivo, nos conceitos formais” (CHIZZOTTI, 2010, p. 125).

A análise dos discursos era um dos eixos de pesquisa para Foucault. Os outros dois eram a reelaboração da teoria do sujeito e as formações dos domínios do saber. Ele buscava “a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

De acordo com o filósofo, o discurso nomeia um grupo de enunciados que podem pertencer a áreas diversas, mas que se sujeitam a princípios de exercício universal. Esses princípios não são apenas linguísticos ou formais, mas refletem divisões historicamente determinadas: a “ordem do discurso” pertencente a um lapso específico tem um papel normativo e regulador e dá atividade a engrenagens de organização do real por meio da criação de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005).

A arqueologia foucaultiana dos discursos não é exclusivamente uma averiguação linguística, mas um questionamento sobre as circunstâncias de emergência de mecanismos discursivos que criam ou estruturam práticas. Assim, o discurso torna-se o eco linguístico da articulação entre o saber e o poder (FOUCAULT, 1986).

Para ele, a nossa atual “política geral de verdade” torna-se o resultado da combinação de diversos discursos:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos, as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’) (FOUCAULT, 2008, p. 12-13).

O terceiro referencial denomina-se semiótica. Semiótica é um termo que vem do grego, *semeion*, que significa signo, e ótica, que significa ciência. Esta teoria dos signos existentes, desenvolvida por Algirdas Julius Greimas, avalia a construção, a difusão e a relação dos diversos conjuntos de signos simbólicos que possibilita a interlocução entre pessoas e coletivos. Estes signos podem ser expressados por qualquer dos nossos sentidos: visão, tato ou audição. Por isso, a música, a matemática, os sinais de trânsito, a publicidade, podem revelar a relação do significante (o símbolo, a expressão) e o significado, o conteúdo da mensagem. Esta relação é arbitrária e social, podendo ser entendida de diversas formas, dependendo do contexto do tempo e do espaço.

O quarto e último referencial para a Análise do Discurso é o que se denomina Análise Crítica do Discurso (ACD). De acordo com Norman Fairclough:

A ACD é a análise das relações dialéticas entre semiozes (inclusive a língua) [semioze foi o termo introduzido por Charles Sanders Peirce para designar o processo de significação, a produção de significados] e outros elementos das práticas sociais. Essa disciplina preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semioze tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semioze e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. O papel da semioze nas práticas sociais, por sua vez, deve ser estabelecido por meio de análise. A semioze pode ser mais importante e aparente em determinada ou determinadas práticas do que em outras, e sua importância pode variar com o passar do tempo (2012, p. 309, chaves nossas).

A ACD tem seu berço na década de 20, na Escola de Frankfurt, com Marcuse, Adorno, Horkheimer, entre outros. Esses intelectuais teceram inúmeras críticas às instituições políticas e culturais. De acordo com eles, a sociedade, por intermédio de formas complexas organizadas e estabelecidas por relações de poder, consolida

a consciência dos agentes sociais e políticos e garante a hegemonia, isto é, determina o consenso da ampla maioria. Nesse processo, as expressões culturais, a relação entre significado e significante, os rituais e discursos estão contaminados pela ideologia dominante, e esculpem as práticas, os discursos e a própria realidade para assegurar a obediência dos oprimidos (CHIZZOTTI, 2010).

De forma sucinta podemos elencar as principais teses da ACD: todas as visões de mundo são produtos sociais e históricos; as verdades são ideológicas; a relação entre significante-significado é flexível e mediada por relações de produção; há sempre grupos privilegiados. Um aspecto relevante da ACD é que a reprodução das condições dominantes se pereniza na medida em que os oprimidos aceitam sua situação social como natural e inexorável (CHIZZOTTI, 2010).

Nesse sentido, Emília Pedro faz a ligação entre a linguagem e o social relacionando algum desses valores:

A ACD opera, necessariamente, com uma forte abordagem de discurso em seu contexto é uma dimensão fundamental. Mas ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito não como agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de caráter ideológico [...]. É de alguma maneira essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por consequência, na construção do discurso que fundamentam as diferenças da ACD relativamente a outras abordagens (BROWN; YULE, 1983 apud PEDRO, 1997, p. 20).

Faircloug argumenta que a função da ACD é conceituar a linguagem conexa com a estrutura social, analisando o mister do discurso, sua ideologia na criação, preservação e conversão das relações sociais de poder, desmascarar os discursos dominantes e produzir um espírito crítico (FAIRCLOUG, 2012).

Além dessas quatro vertentes apresentadas, ressaltamos também a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que agrupa a nossa discussão uma nova perspectiva: a análise exógena ao discurso. Para avaliar o poder das palavras, de acordo com ele, é necessário sabermos quem as está proferindo. Ele argumenta que a força ilocucionária das expressões não podem estar nas próprias palavras:

Tentar compreender linguisticamente o poder das manifestações linguísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da linguagem institucional, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora [...]. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a (BOURDIEU, 1996, p. 85).

A forma e o conteúdo do discurso resultam da posição social do interlocutor. Assim, um discurso é autorizado na medida em que este agente tem legitimidade. O poder das palavras não emana da condição pessoal do seu proferidor, mas sim na sua condição de detentor do capital social de algum grupo que lhe outorgou legitimidade.

Bourdieu, ademais, elenca algumas condições para a eficácia dos discursos de autoridade. Em primeiro lugar, não basta sua compreensão. Ele deve ser reconhecido como inerente àquele grupo para exercer seu efeito próprio, destacando-se que a delegação de legitimidade ao proferidor deve estar clara. Ele deve, também, ser locucionado em uma situação legítima, perante receptores legítimos. Sobre isso, Bourdieu aponta que:

A autoridade da língua legítima reside nas condições sociais de produção e de reprodução da distribuição entre as classes do conhecimento e do reconhecimento da língua legítima e não no conjunto das variações prosódica e articulatórias definidoras da pronúncia refinada como sugere o racismo classista, e muito menos na complexidade da sintaxe ou na riqueza do vocabulário, quer dizer, nas propriedades intrínsecas do próprio discurso (BOURDIEU, 1996, p. 92).

Em síntese, pode-se inferir que a valência emblemática das palavras cumpre-se exclusivamente se a pessoa-alvo distinguir seu proferidor como legítimo, isto é, identificá-lo como alguém detentor do direito pleno de exercício daquele discurso.

O processo de avaliação das mensagens apresentadas ao leitor por meio dos veículos de informação transcorre de diversas formas. Avaliar se uma entrevista, reportagem ou notícia é útil e interessante, em grande medida, decorre da transparência, tecnicidade, imparcialidade e didatismo que se pode identificar no

periódico. Quanto mais essas características estiverem supostamente presentes no veículo, maior será a adesão dos diversos grupos sociais a ele.

De acordo com os diversos autores elencados, contudo, percebemos que a ideologia sempre está presente nos discursos, pois, evidentemente, “nenhum registro é ingênuo ou descompromissado” (RIBEIRO, 2005, p. 120), pois todo ele pressupõe o trabalho da linguagem e uma tomada de posição do sujeito que o faz.

Assim, transformar “mídias discursivas” em fonte documental é uma operação que envolve tratamento teórico e metodológico, pois ao partirmos do pressuposto de que os meios de comunicação não funcionam somente como um espelho social – seja ele qual for – temos que atinar para o papel que exercem – e exerceiram – na articulação e divulgação de ideias, valores, comportamentos e atitudes (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa – principalmente a chamada grande imprensa – certamente vem construindo, ao longo do tempo, narrativas sobre os processos de desenvolvimento nacional, regional e local, o que lhe confere uma dimensão de intrusão nos processos de poder. O dilema surge na medida em que, assim como qualquer setor inserido na produção material de riqueza e sua distribuição, ela possui interesses próprios. Por sua vez, o tipo de desenvolvimento defendido pela imprensa acaba, no limite, por ter expressão no(s) território(s), uma vez que a própria ação humana, força motriz no desenvolvimento, é influenciada pelo direcionamento ideológico/discursivo da própria imprensa.

Dessa forma, podemos pensar no seguinte esquema (Figura 1):



FIGURA 1
Relações entre imprensa, desenvolvimento e território

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como já afirmado, a grande imprensa vem desempenhando, ao longo do tempo, um papel de destaque no debate político, social e cultural. Devido aos seus interesses particulares, ela assume uma determinada plataforma política, assegurando e publicizando seu cimento ideológico como vetor da verdade, produzindo e divulgando informações. Essas referências influenciam as pessoas, seja as que voluntariamente procuram dados e notícias, sejam as expostas de forma geral aos veículos da grande imprensa. Esta dinâmica garante um tipo específico de ação social por parte da população, imbuída desse influxo informacional despejado e absorvido. Assim, as interações humanas acabam imprimindo uma espécie particular de desenvolvimento, infundido com valores, crenças e direcionamentos apropriados. A ação humana modifica e altera as próprias relações sociais, políticas e econômicas, as quais os seres humanos compartilham entre si. Por último, o território, expressão material e concretude máxima do resultado da ação humana, vai refletir essas novas práticas sociais. E assim, ele próprio vai emanar e agregar novas ligações político-econômicas e socioculturais, sendo a produção e distribuição da riqueza criada uma dessas facetas. Logo, neste novo mosaico, há uma nova configuração de interesses.

Por fim, além das características modernas do Estado Democrático de Direito, construído sobre o equilíbrio tripartite de seus poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – a própria mídia pode ser caracterizada como um suposto “quarto poder”. Com o desenvolvimento das tecnologias e a expansão massiva das informações, o peso dos veículos de notícias em todas as questões que tangem a sociedade civil e o Estado

acabam podendo ser expostos e direcionados. Na medida em que escolher levar “ao ar”, ou escrever a respeito de algum assunto é uma decisão consciente e voluntária, os espaços cativos nos diversos meios de comunicação tornam-se vitrines. Acontecimentos são ou não mostrados; eventos são ou não comentados; episódios são ou não descritos. Toda a publicização acaba passando pelo crivo de grandes grupos midiáticos que podem ou não dar a devida atenção a determinada ocorrência, seja enfatizando-a ou minimizando-a. Dessa forma, em um mundo cada vez mais conectado, o controle de tal dinâmica rivaliza com os poderes legalmente constituídos, podendo até superá-los, tornando-se um poder moderador.

A mídia foi criada com o objetivo de disseminar novas formas de comunicação livre e franca entre as pessoas. Com o passar do tempo fortaleceu-se, tornando-se uma peça institucional basilar em qualquer sociedade democrática, republicana e moderna. Nos últimos tempos, entretanto, na condição de arquiteta de subjetividades e formadora de opinião, ganhou relevância política e força econômica. Dessa forma, acaba fiscalizando os outros poderes constituídos e equilibrando a balança, assumindo papel ativo na formação e desenvolvimento das regiões, entretanto, por tudo que foi debatido e demonstrado, fica o questionamento: Quem fiscaliza a mídia?

REFERÊNCIAS

- AREND, Silvia Maria Fávero (org.). *Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil: 1960-1990*. Curitiba: CRV, 2014.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENKO, G. *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta, 1998.
- BOISIER, Sergio. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter R. (coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia*: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- CLAVAL, P. *Régions, Nations, Grandes Espaces*. Paris: Génin, 1968.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, 2007.
- DALLABRIDA, Valdir R. Território. In: SIEDENBERG, Dieter R. (coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 161-162.
- DIAS, J. F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade (L&S)*, Universidade de Brasília, vol. 12 (2), p. 213-246, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOURISTIÉ, J. *Les Trente Glorieuses*: ou, La Révolution Invisible de 1946-1975. Paris: Fayard, 1979.
- FREMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- FONSECA, A. A. M. Em torno do conceito de região. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p. 89-100, jul./dez. 1999.
- ISARD, W. *Introduction to Regional Science*. Englewood Cliffs, N. J: Prentice Hall, 1975.

- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas bancas de revistas - um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MIRANDA, J. L. *Localização, conceitos dos programas e revistas científicas na área de planejamento urbano e regional/demografia: suas relações com indicadores de educação no Brasil*. 2015, 81p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Mafra, Santa Catarina, 2015.
- PEDRO, E. R. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Porto: Ed. Caminho, 1997.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHEMANN, Micael; MESSEDER, Carlos Alberto (org.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.
- SILVA, D. E. G. da e VIEIRA, J. (Org.) *Análise do discurso. Percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: UnB, 2002.
- VAN DIJK, T. A. Discourse Analysis: Its Development and Application to the Structure of News. *Journal of Communication*, The Annenberg School of Communications, vol. 33:2, 1983.

NOTAS

- 1 A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, publicada em 1936.
- 2 Há áreas nas quais os avanços são consideráveis, como a Odontologia, mas o fato de o Brasil não possuir nenhum Prêmio Nobel e levando em conta as posições das universidades brasileiras dentro dos rankings mundiais, o termo periférico é adequado.

